VI Semana de História do Pontal
Sociedade, Cultura, Patrimônio
25 A 28 DE SETEMBRO DE 2018
V Encontro de Ensino de História
ISSN 2179-5665

Maria Firmina dos Reis: uma história da escrita feminina e negra no século XIX

Amanda Helena Martins de Oliveira
Bolsista PET História, ICH/UFU

Carlos Eduardo Moreira de Araújo
Professor do Curso de História ICH/UFU

Ela! minha estrela, viva e bela,
Que ameiga meu sofrer, minha aflição;
Que transmuda meu pranto em mago riso.
Que da terra me eleva ao paraíso...
Seu nome!... Oh! meus lábios não dirão!
Ela! – Maria Firmina dos Reis

Eric Arthur Blair, escritor, jornalista e ensaísta político inglês, mais conhecido pelo pseudônimo de George Orwell, disse uma vez que "a história é escrita pelos vencedores''. A escrita a princípio pode ser entendida como expressão, forma de comunicação capaz de transmitir a vivência de um determinado povo. Mas, com o tempo ela foi utilizada para expressar a história de uma minoria hegemônica[1], minoria esta masculina, branca e da elite, representando, por exemplo, a história política. Atentem-se ao destaque ao gênero masculino, pois este é expressão de uma voz que foi ouvida e lida por muito tempo, no entanto, a intenção deste trabalho é buscar compreender as relações históricas que se deram entre as manifestações escritas do gênero feminino e masculino.

Até o século XX a produção da escrita foi de domínio masculino quando então as mulheres conquistaram espaço numa história institucionalizada para organizarem, por meio de

[1] Hegemonia, do grego hêgemonia significa supremacia, preponderância e, ou superioridade. No texto a palavra tem como função apontar a influência preponderante exercida por meio da manifestação do sexo masculino na história da escrita.

ISSN 2179-5665

escritos, a história feminina. Ainda com preconceitos e dificuldades, as mulheres foram muitas vezes silenciadas pela sociedade patriarcal, porém, é valido lembrar das figuras femininas que revolucionaram a escrita histórica recuperando seus espaços, como Cristiane Klapisch incorporada na 3ª geração dos Annales[2] dando início a escrita feminina nesta linha historiográfica. Saindo da França e, trazendo ao Brasil, é possível reconhecer figuras femininas revolucionárias de seu tempo, como por exemplo, a primeira romancista abolicionista brasileira, Maria Firmina dos Reis.

Para compreender a inserção dos negros na cultura escrita é necessário contextualizar o período para que se entenda a correlação negro, escrita e leitura. O século XIX brasileiro foi marcado por diversos acontecimentos, como a chegada da Coroa, a abertura dos Portos e também o processo de abolição da escravatura tendo início em 1850 com a Lei Eusébio de Queiróz, resultando após 21 anos na Lei do Ventre Livre, subsequente da Lei dos Sexagenários (1885) e finalmente a Lei Áurea em 1888. Nesse período de até então ameaça de provável desfecho da escravidão a noção de raça sofreu alterações por intelectuais brasileiros em meados de 1870. No entanto, o termo ainda se mantinha firme na intencionalidade de classificar os seres humanos como raças distintas por meio de características diversas existentes entre os indivíduos.

Assim sendo, o Brasil passou pelo projeto de construção da nação e, nesse sentido, foi compreendida a importância da mestiçagem, uma vez que os negros eram declarados inferiores "por maiores que tenham sido os seus serviços a nossa civilização [...] há de constituir sempre um dos fatores de nossa inferioridade como povo" (RODRIGUES, 1982, p. 7). Vale lembrar também que referente a Carl von Martius, Salgado Guimaraes aponta o branco como referência civilizatória e o negro como um atraso civilizatório.[3] Tal desvalorização dos povos africanos e afro-brasileiros não compreende de fato a realidade. Depoimentos de escravos ''dão mostra de que os africanos que foram trazidos para cá não pertenciam a sociedades desorganizadas,

[2] Christiane Klapisch-Zuber ,é uma historiadora francesa, especialista em história social e história da família. De acordo com Peter Burke a terceira geração dos Annales é a primeira a incluir mulheres. O autor cita em seu livro *A escola dos Annales* a historiadora dizendo que esta ''trabalhou sobre a história da família na Toscana durante a Idade Média e o Renascimento'', p.90.

[3] No texto ''Nação e civilização nos trópicos'' de Manuel Salgado Guimarães, é discorrido sobre as figuras necessárias para a construção da identidade nacional, assim ''o branco, a seu ver, deveria ser alvo de igual interesse por seu sentido claramente civilizador'', tendo ''a visão do elemento negro como fator de impedimento ao processo de civilização'', p.17.

ISSN 2179-5665

iletradas, e eram capazes, do ponto de vista intelectual'', (MORAIS, 2007, p. 496), ou seja, desmitificando a construção da ideia do negro como inferior. Portanto, para a inserção dos negros como parte essencial do Brasil escravista é necessário considerar o hibridismo cultural existente, porém, caracterizar a escrita como parte da cultura europeia é excluir a sociedade em que os negros africanos viveram e não levar em conta as possibilidades que seu meio proporcionou.

Em uma sociedade escravista como o Brasil do século XIX era considerado quase impossível que algum negro pudesse ter parte como escritor ativo no âmbito social. Wissenbach analisou os diversos significados da cultura escrita dos escravos e forros na sociedade oitocentista brasileira, observando esses múltiplos significados em cartas escritas por escravos em São Paulo na metade do século XIX. Se atendo à socialização da prática da escrita entre os escravos alfabetizados, conseguiu compreender - por meio do que nomeia como *registros diretos* – fragmentos de linguagens e visões particulares de mundo, ou seja, pôde obter uma percepção mais ampla referente a vida cultural, social e até econômica de escravizados entendendo as circunstâncias que levaram à alfabetização de alguns escravos.

A exemplo disso, Wissenbach aponta que "aos autos judiciários foram anexadas pequenas peças escritas utilizadas, geralmente, como evidências dos crimes — curtos bilhetes, [...] listas de objetos [...] cartas escritas de próprio punho por escravos'', ler e escrever para os escravos acresceu o significado de identidade social, a *carta*, portanto, "transformava-se em materialidade da liberdade desejada e obtida, constituindo-se, de fato, no único documento capaz de distinguir os forros dos escravos", (WINSSENBACH, 2002, p. 109). Dentro disso, a historiografia aprofundou as pesquisas referentes ao Brasil oitocentista abordando temáticas mais amplas como as diversas culturas africanas e afro-brasileiras, costumes, tradições, crenças, entre outras.

A escrita como temática de pesquisa histórica apontou – como exemplificado anteriormente – interações entre a escrita e as populações negras, relações que se estabeleceram por meio da convivência entre essas populações negras e europeias, como a rebelião dos escravos em Salvador no ano de 1835[4], portadores de amuletos que continham papéis escritos

[4] No texto "Ler e escrever: habilidades de escravos e forros? Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais, 1731-1850'', Morais cita Nina Rodrigues em *O animismo fetichista dos negros baianos* (1935) a fim de explicar a rebelião dos escravos em 1835. Para Morais, ''o autor (Nina Rodrigues) refere se a uma rebelião de escravos ocorrida em Salvador, no ano de 1835, na qual foram encontrados amuletos nos corpos dos revoltosos mortos.

ISSN 2179-5665

em árabe tendo como intenção a proteção de quem os carregava expressando interesse pessoal na leitura e escrita para eles. Outro exemplo em relação aos indivíduos e a escrita é o letramento de babás negras (por vezes ex - escravas) em prol do vínculo entre esta e a criança que era responsável tanto pelo cuidado físico quanto pela alfabetização. Desta forma, Zeila Demartini (2001) disse sobre a história da escrita no Brasil que " os negros, pobres, pudessem estar introduzindo crianças brancas e ricas no mundo da leitura". Portanto, a saber dos motivos que levaram a alfabetização de alguns escravos, o "saber escrever'' no pós-abolição pode ser entendido como forma de organização social das populações negras.

Ainda que o Brasil oitocentista seja representado por separações entre negros e brancos, cidadãos, livres e escravos, é possível identificar na sociedade figuras negras que ocuparam lugares que até então estavam destinados aos brancos. Na literatura, por exemplo, existem indivíduos que se destacaram não apenas em suas formas admiráveis de escrita como também pelo fato de terem escrito – ato complexo na sociedade da época, como discorrido anteriormente -, a exemplo podemos citar o poeta João da Cruz e Sousa (1861-1898)[5], a poetisa da segunda geração romântica Auta de Souza (1876-1901)[6], a poetisa e professora brasileira Luciana de Abreu (1847- 1880)[7] e a escritora, romancista, professora e abolicionista Maria Firmina dos Reis (1825-1917).

Esses amuletos continham papéis escritos em árabe, produzidos por escravos muçulmanos e utilizados com a finalidade de proteger quem os portava'', p.496.

[5] Cruz e Sousa (1861-1898) foi um poeta brasileiro. Fez parte do Simbolismo, Movimento Literário que teve sua origem na França em 1870. A crítica francesa o considerou um dos mais importantes simbolistas da poesia ocidental. Filho de escravos alforriados nasceu livre. Foi criado como filho adotivo do Marechal de Campo, Guilherme Xavier de Sousa e Clarinda Fagundes de Sousa, de quem herdou o sobrenome. Disponível em: < https://www.ebiografia.com/cruz_e_sousa/>. Acesso em: 27 de Jul. de 2018.

[6] Nasceu em Macaíba, então Arraial, depois cidade do Rio Grande do Norte a 12 de setembro de 1876, era magrinha, calada, de pele clara, um moreno doce à vista como veludo ao tato. Era filha de Eloi Castriciano de Souza, desencarnado aos 38 anos de idade e de Dona Henriqueta Rodrigues de Souza, desencarnada aos 27 anos, ambos tuberculosos. Antes dela ter completado 3 anos ficou órfã de mãe e aos 4 anos de pai. A sua existência, na terra foi assinalada por sofrimentos acerbos. Muito cedo conheceu a orfandade e ainda menina, aos dez anos, assistiu a morte de seu querido irmão Irineu Leão Rodrigues de Souza, vitimado pelo fogo produzido pela explosão de um lampião de querosene, na noite de 16 de fevereiro de 1887. Era vista lendo para as crianças pobres, para humildes mulheres do povo ou velhos escravos, as páginas simples e ingênuas da "História de Carlos Magno", brochura que corria os sertões, escrita ao gosto popular da época. Disponível em: < http://www.institutochicoxavier.com/index.php/informativo/biografia-2/1032-biografia-de-auta-de-souza> Acesso em: 27 de Jul. de 2018.

[7] Luciana de Abreu, abandonada após o nascimento (11/06/1847) na Santa Casa de Misericórdia (Porto Alegre), foi adotada em seguida por Sr. Gaspar Pereira Viana e sua esposa. Ambos se comprometeram em criá-la e educá-la. Luciana de Abreu, tanto se distinguiu nos meios culturais e nos saraus literários, realizados seguidamente em casas particulares, que acabou sendo a primeira mulher convidada a entrar para uma sociedade literária brasileira. Além disso, ela foi a primeira mulher a discursar em público em Porto Alegre, tendo subido na tribuna da

ISSN 2179-5665

Estudos quanto a escrita de uma história da mulher tem acrescido o reconhecimento de mulheres pioneiras como Maria Firmina dos Reis, fazendo com que a historiografia contenha diversas representações das mulheres e seus papeis ativos na sociedade. Assim sendo, é pertinente apontar que as relações instituídas pela sociedade entre os gêneros se dão a partir de uma compreensão do poder em que estes se encontram inseridos e que corresponde por meio das construções sociais, afinal, a interação existente entre a mulher e o homem nem sempre se deu da forma como vimos atualmente e as estruturas em que eram comuns a atuação da mulher estão relacionadas ao lar e criação dos filhos, assim pode-se considerar que os lugares onde foram "incluídas" eram de predomínio do masculino e ainda que a atuação da mulher neste espaço seja mais notória e comum a resistência cultural persiste em dizer qual o papel dela na sociedade[8].

A história da sociedade advém de diversas metamorfoses capazes de transformar fatores vividos em cada época. A exemplo dessas mudanças estão as mulheres sendo agentes das letras expressando suas inquietações, visões de mundo e sendo reconhecidas como sujeito histórico. Para compreender a escrita negra feminina irei trazer como exemplo Maria Firmina dos Reis considerada por pesquisadores de estudos de gênero, estudos afro-brasileiros e por pesquisadores da literatura brasileira a primeira mulher a escrever um romance abolicionista, *Úrsula* (1859)[9]. Maria Firmina dos Reis é maranhense, nascida em São Luiz (MA) em outubro de 1825 – entre a primeira e segunda fase da literatura romântica no Brasil. Mulher e negra num contexto histórico preconceituoso e refém de uma *ideologia senhorial*[10] acabou sendo oprimida

Sociedade Partenon Literário para defender o direito das mulheres à emancipação. Infelizmente, dos discursos de Luciana poucos se salvaram. Apenas três foram publicados na íntegra nas páginas da Revista Trimestral da Sociedade Partenon Literário. Disponível em: <http://www.lec.ufrgs.br/index.php/Luciana_de_Abreu>. Acesso em: 27 de Jul. de 2018.

[8] No livro ''Os excluídos da História'', Michelle Perrot dedica a segunda parte às mulheres buscando compreender aspectos históricos em que se deram sua relação com o meio social analisando, assim, as concepções de *poder* ou *poderes* (p.172) e suas interações com o sexo feminino. Perrot, procura expor de forma exemplificada e de fácil entendimento a mulher *Amazonas*, aquela reconhecida como popular e rebelde (capítulo 02) e, por fim, considera o papel da mulher como dona de casa em Paris do século XIX (capítulo 03).

[9] No romance *Úrsula* de Maria Firmina dos Reis o prólogo escrito por Horácio de Almeida expressa a autora como representação do "novo'' compreendendo-a como primeira mulher negra romancista abolicionista no Brasil Oitocentista.

[10] O historiador Sidney Chalhoub no livro *Machado de Assis Historiador* aborda o conceito da ideologia senhorial (*p.19*). O intuito deste subtítulo é descrever as façanhas da ideologia senhorial expressada já nos primeiros capítulos da obra machadiana, Helena. Chalhoub discorre o fato de Machado procurar não abrir mão de enfatizar tal ideologia por meio das relações e as interações dentro dos acontecimentos cotidianos dos dominadores e, assim refletindo, é claro, os resultados dessas relações e interações na vida dos subordinados, e no caso do sexo feminino

ISSN 2179-5665

pela sociedade, no entanto, esta foi considerada ao mesmo tempo discreta e audaciosa. Filha natural de Leonor Felipe dos Reis e registrada por João Pedro Esteves, Maria Firmina foi morar com a tia "considerada bem situada economicamente"[11] na cidade de Guimarães (MA) onde prestou concurso para ensino primário oficial. A autora do romance considerado um marco na literatura abolicionista foi pioneira não apenas na escrita romântica feminina, mas também, criou em sua cidade natal uma escola para crianças pobres de ensino misto, pois compreendia a necessidade da interação escolar entre ambos os sexos.

É importante observar que Maria Firmina dos Reis, assim como outras escritoras da época, utilizaram de pseudônimos. O livro *Úrsula*, por exemplo, não foi publicado com a autoria de Maria Firmina dos Reis e sim como *Uma Maranhense*. Emília Moncorvo Bandeira de Melo, também escritora do século XIX, utilizou de pseudônimos como Júlio de Castro e Mário Vilar por exemplo.[12] Júlia Maria da Costa escritora de poesias, crônicas e folhetins utilizou de pseudônimos como Sonhadora, Americana, J.C, entre outros. Para Rafael Zin, ainda que a autora tenha preferido se expressar por meio de pseudônimo isso não minimiza de forma alguma sua experiência como mulher no campo social, muito pelo contrário:

> Vale lembrar que Firmina participou ativamente da vida intelectual maranhense, colaborando na imprensa local, publicando livros e fazendo parte de antologias, além de ter sido professora, música e compositora [...]. No âmbito das letras nacionais, particularmente, ela inaugurou a construção de identidades culturais que levam em consideração uma perspectiva outra, a perspectiva dos próprios vencidos, algo inédito para a literatura produzida até então (ZIN, 2016).

Esta pesquisa serviu-nos de forma a compreender a mulher negra escritora – por meio da trajetória de Maria Firmina dos Reis- como sujeito histórico capaz de transformações sociais. Consideremos a possibilidade a partir desta pesquisa a abertura para novos horizontes onde compreendemos a necessidade de dar continuidade às pesquisas de forma a entender as relações históricas que se deram entre a inserção da mulher literária, os impactos sociais e as

acaba por ser a representação de certa forma da subordinação aos senhores, mesmo que esta mulher não fosse escrava.

[11]O termo encontra-se na tese de mestrado de Rafael Balseiro Zin, "Maria Firmina dos Reis: a trajetória intelectual de uma escritora afrodescendente no Brasil oitocentista".

[12] Estas informações podem ser verificadas no site da Secretaria da Educação do Paraná. Disponível em: http://www.sociologia.seed.pr.gov.br. Acesso em: 06 de Out. de 2018.

ISSN 2179-5665

representações que deram por meio dos pseudônimos. E, por fim, resgatar produções literárias de Maria Firmina percebendo, assim, segundo Zin a "importância de se propagar e se estabelecer naquela decadente sociedade brasileira oitocentista os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, contribuindo, assim, para a construção de um país mais justo e sem opressão".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989)::** a Revolução Francesa da Historiografia. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997. 153 p.

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis, historiador.** 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. **Nação Civilização nos Trópicos:** O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, 1988. 27 p.

MORAIS, Christianni Cardoso. **"Ler e escrever: habilidades de escravos e forros? Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais, 1731-1850".** Revista Brasileira de Educação**,** Rio de Janeiro, v. 12, n. 36, p.493-504, dez. 2007. Fap UNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782007000300008>. Acesso em: 09 dez. 2007.

MUZART, Zahidé Lupinacci**. "Uma Pioneira: Maria Firmina dos Reis.** Muitas vozes**."** Revista do Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem UEPG, Ponta Grossa, v. 2, n. 2, p.247-260, 2013. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/muitasvozes/article/view/6400>. Acesso em: 06 maio 2018.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História.** 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

PINTO-BAILEY, Cristina Ferreira. **"Na contramão: A narrativa abolicionista de Maria Firmina dos Reis"**. Literafro, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p.1-8, 16 jan. 2018. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/29-critica-de-autores-feminios/316-na-contramao-a-narrativa-abolicionista-de-maria-firmina-dos-reis-critica>. Acesso em: 09 maio 2018.

ISSN 2179-5665

REIS, Maria Firmina. **Úrsula.** 2ª Ed. Fac-similar. São Luiz: Typographia do Progresso, 1859.

RODRIGUES, Raimundo Nina. **Os africanos no Brasil**. São Paulo: Nacional; Brasília: Ed. UnB, 1982. v. IX.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. **Mulheres do Brasil de 1500 até a atualidade.** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. **"Cartas, procurações, escapulários e patuás: os múltiplos significados da escrita entre escravos e forros na sociedade oitocentista brasileira"**. Revista Brasileira de História da Educação, Maringá, v. 2, n. 2, p.103-122, jul. 2002. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38724>. Acesso em: 06 dez. 2002.

ZIN, Rafael Balseiro. **Maria Firmina dos Reis: a trajetória intelectual de uma escritora afrodescendente no Brasil oitocentista.** 2016. 100 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016**.**